

CURSO MULHERES NO PODER LEGISLATIVO

Manhattan Plaza Brasília - DF

09 de dezembro de 2010

RELATÓRIO

Aline Bruno Soares

A Fundação Konrad Adenauer convidou mulheres eleitas para o Poder Legislativo a participarem deste curso, cuja meta era proporcionar interação e troca de experiências entre políticas recém-eleitas, especialistas convidados e deputadas federais. O público presente era formado por 35 participantes, cuja atuação é como deputada federal, distrital ou na área de assessoria política.

A mesa de **Abertura** foi composta pelo Dr. Peter Fischer-Bollin, Representante da Fundação Konrad Adenauer no Brasil (KAS), e Solange Amaral, Procuradora Especial da Mulher na Câmara dos Deputados, Deputada Federal e Presidente do DEM Mulher.



A palestra **Poder Legislativo: o Papel das Mulheres na Promoção da Democracia** contou com a presença e contribuição de Ana Regina Villar Peres Amaral, Cientista Política e Assessora Jurídica da Secretaria-Geral da Mesa, Câmara dos Deputados, e Sílvia Rita Souza, Assessora Política do Senado. Ana Regina Villar Peres Amaral apresentou o funcionamento da Câmara dos Deputados e sugeriu alternativas de como as mulheres podem atuar e se destacar no trabalho em Bancadas e Comissões do Congresso. O público participou ativamente fazendo comentários e perguntas, inclusive sobre a Lei Maria da Penha, além de propostas para que mais mulheres tenham acesso ao poder. Entre várias outras considerações, a palestrante destacou a necessidade

de ser feita uma reforma institucional da Câmara dos Deputados, assim como a reforma política. A reforma regimental seria essencial para um funcionamento mais pragmático, ético e funcional do Congresso. Afinal, são muitas as propostas apresentadas pelos deputados e nem todas recebem a devida atenção da Casa. Como exemplo, a Lei Maria da Penha precisou de um ano e meio para ser aprovada, pois contou com a atuação e pressão do Poder Executivo. Outro ponto relevante apresentado refere-se às diferenças de funcionamento do Senado e da Câmara, que muitas vezes se confundem. Os projetos do Senado têm preferência sobre os da Câmara e, mesmo para fazer uma reforma interna na Câmara, é necessária a parceria com o Senado, que precisa aprovar as medidas.



Após o almoço, a mesa **As melhores práticas no Poder Legislativo do Brasil e da Alemanha** teve a participação da Senadora Marisa Serrano e da Deputada alemã Lisa Winkelmeier-Becker. A Senador Marisa deu alguns conselhos importantes às participantes, como manter-se perto da sociedade para conhecer seus problemas e anseios, e elaborar leis que melhorem sua qualidade de vida. Ela falou de alguns projetos que apresentou, como a limitação da quantidade de sal oferecida nos alimentos infantis, a proposta de criar-se um cadastro nacional de pedófilos, além da semana de educação ambiental, que englobaria toda a sociedade. Ela justificou a apresentação deste último projeto com um exemplo: em Seul (Coreia do Sul), o lixo é recolhido uma vez por semana, enquanto no Recife (Brasil), o lixo é recolhido 14 vezes por dia, visto que a sociedade brasileira não tem consciência e educação ambiental. A Senadora comentou sobre sua atuação e experiência como parlamentar do Mercosul. Para finalizar, orientou às participantes do curso que discutam o Estatuto partidário, entendam o funcionamento do próprio partido e tenham atuação de destaque na política. Durante as perguntas, a Senadora avaliou o próprio partido (PSDB) e falou da necessidade de se criar uma identidade mais forte.



A deputada Lisa Winkelmeier-Becker falou dos desafios para as políticas alemãs atuarem no Bundestag (Parlamento Alemão). Ela comentou que no início haviam apenas 6% de mulheres na política alemã, mas que hoje são mais de 30%. Isso mostra que houve progresso, embora seja uma tarefa árdua conseguir inserir mais mulheres na política. Ela comentou que é importante que as mulheres aprendam a conversar com os homens e tenham mais energia para participar das Comissões, reuniões e eventos, para que dominem os temas considerados 'masculinos' e consigam se destacar. Ela falou de sua experiência como juíza da Vara de Família na Alemanha e de como esta atuação ajudou sua inserção na vida política.



A última conferência, cujo tema foi **Desafios da Atuação das Mulheres na Política**, foi realizada em formato 'aquário', de forma que palestrantes e participantes sentassem à mesa para o debate. A Analista Política e Diretora-presidente da EBC-TV Brasil, Tereza Cruvinel, apresentou as dificuldades de atuação das mulheres na política. Mostrou que a participação feminina continua estabilizada no Brasil (cerca de 8% de representação na Câmara dos

Deputados). Ela defendeu o financiamento público de campanha, visto que os financiadores dão dinheiro apenas para as campanhas com chances reais de ganhar a disputa ou que acreditam que terão destaque, de maneira que, posteriormente, tenham condições de influenciar a política. Uma mulher novata na política dificilmente terá chances de competir. A jornalista Tereza Cruvinel defendeu também a necessidade de uma reforma política no país, tendo em vista que o eleitor brasileiro vota no indivíduo, e não no partido político. Sem uma reforma política a realidade atual não irá se modificar. No processo eleitoral deste ano, por exemplo, a discussão sobre aborto foi um desserviço à sociedade brasileira, uma vez que se perdeu uma oportunidade de tratar seriamente este problema de saúde pública.



O Cientista Político David Fleischer falou da participação das mulheres na política brasileira, destacando que o Norte / Nordeste do Brasil possuem proporcionalmente mais mulheres na política do que o resto do país. Este fato pode ser explicado possivelmente pelos movimentos sociais e de mulheres nos quais elas estão inseridas. Durante o debate, os palestrantes foram questionados pelo público, com perguntas, entre outras, sobre porque achavam que a população apoiaria o financiamento público das campanhas eleitorais, se as pesquisas de opinião pública mostram que o brasileiro considera que falta dinheiro para projetos essenciais e há grande desconfiança em relação ao uso do dinheiro público. A resposta dada foi que, quando houver um valor fixo para a campanha eleitoral, estas não serão tão caras e os políticos eleitos não sofrerão a pressão de seus colaboradores financeiros (no caso das empresas privadas), que depois das eleições cobram o apoio dado durante a campanha. Hoje em dia todo o dinheiro doado durante o processo eleitoral é devolvido sob a forma de

contratos públicos. Como mencionado pelo especialista, isso nada mais é do que corrupção.

Ao longo do Curso, alguns conselhos oferecidos pelas políticas e especialistas presentes foram que as mulheres se exponham mais, coloquem suas posições, sejam conhecidas e conquistem mais espaços. Afinal, mesmo com a introdução da Lei de Cotas no Brasil, o número de mulheres eleitas foi menor em 1998 do que em 1944, quando ainda não havia a lei. A lei sozinha não mudou a realidade política brasileira. O voto distrital também foi discutido, por ser nominal, sendo que o eleitor já vota em uma pessoa. Assim, se a eleição fosse distrital, o candidato seria alguém daquela comunidade e talvez a amnésia pós-eleitoral da população não fosse tão grande, já que haveria mais chance do eleitor conhecer pessoalmente o candidato. No caso da lista fechada, foram apresentados os argumentos para mostrar como ela fortalece os partidos políticos.



Podemos considerar que o curso atingiu seu objetivo de promover a troca de experiências e de passar orientações sobre a participação das mulheres eleitas para o Poder Legislativo.